



Irapuá Santana, 30, é da segunda turma de cotas da Uerj e hoje assessora o ministro Luiz Fux no STF



A médica Monique França, 28, faz residência em Medicina da Família no Rio

# Ex-cotistas, médica e advogado relatam preconceito e dificuldade

Beneficiados por cotas raciais contam os desafios para chegar e se manter na universidade

**Paciente se recusou a ser atendida por médica negra; advogado conta que é confundido com motorista ou segurança**

DE SÃO PAULO

Na faculdade de Medicina, Monique França não foi reconhecida como estudante do curso em mais de uma ocasião, mesmo quando participava de atendimento. Teve de lidar, já como médica, com uma paciente que se recusou a ser atendida por ela.

“Ela achava que eu não teria capacidade”, afirma. Aos 28 anos, Monique coleciona uma lista de obstáculos que teve de superar até conseguir chegar ao diploma — o que faz com que ela relate os dois episódios com uma certa tranquilidade.

“Um dia percebi que tinha que ser isso: militante, médica, negra, da favela e que não ia desistir”, diz, lembrando a fase em que chegou a trancar o curso por um ano por não se identificar com quem a rodeava na faculdade.

Nascida em Niterói e criada na Cidade de Deus, zona oeste do Rio, Monique se formou em medicina pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) no ano passado. Ela entrou por cotas em 2010 — a Uerj foi umas das pioneiras na adoção do sistema no país, em 2002, muito antes da Lei de Cotas das federais ser sancionada em 2012.

Apesar de representar mais da metade da população brasileira, calcula-se que cerca de 20% dos médicos são pretos ou pardos. A população negra enfrenta condições financeiras mais difíceis: três em cada quatro pessoas entre os 10% mais pobres do país são negras, segundo dados do IBGE de 2015.

As desigualdades também estão na escola. Ser preto no Brasil aumenta a probabilidade de fracasso escolar entre 7 e 19 pontos percentuais mesmo considerando alunos com pais que têm o mesmo

perfil de escolaridade, o ensino fundamental completo. Neste estudo de 2012, da pesquisadora Paula Louzanno, o fracasso escolar foi medido pela repetência e evasão de alunos do 5º ano.

A mãe de Monique França é cabeleira, negra, foi empregada doméstica por quase toda a vida e aprendeu a ler aos 25 anos. Ao lado do pai, motorista, sempre colocou o valor da educação acima das dificuldades, diz a filha.

Na 8ª série, por iniciativa da mãe, Monique conseguiu uma bolsa em uma escola particular. Mesmo ficando em uma turma entre os 30 melhores da escola, não conseguiu passar de primeira e partiu para o cursinho. Foi a secretária do cursinho que falou pra ela sobre cotas.

“Quando entrei na universidade entendi que estava tendo oportunidade que ninguém na minha família teve. Sou a primeira. E o medo de decepcionar, por causa de uma nota, faz uma pressão enorme”, diz. “Pra mim não era só mais uma etapa educacional, mas a oportunidade de mudar de vida.”

“As pessoas acham que sou motorista e segurança, é muito rotineiro. Acha que o racismo vai diminuindo, mas é o contrário. Ser o único negro é ter que provar todo dia por que estou aqui”

IRAPUÁ SANTANA, advogado, ex-cotista e assessor no STF

“Quando entrei na universidade entendi que estava tendo oportunidade que ninguém na minha família teve. sou a primeira. E o medo de decepcionar, por causa de uma nota, faz uma pressão enorme”

MONIQUE FRANÇA, médica e ex-cotista

Levava duas horas no ônibus entre a faculdade e a casa. Na primeira prova, tirou 3,8. Teve dificuldade de entender o modo de avaliação. Mas um 9,8 veio já no segundo teste. “Talvez a representatividade de ser uma mulher negra e médica fez com o que eu terminasse o curso.”

## PROFISSÃO

Hoje Monique faz residência em Medicina de Família e Comunidade em uma clínica municipal do Rio, depois de ter feito um curso em Cuba. Com a melhora na renda, mudou-se para um local próximo ao trabalho e está reformando a casa da família.

“Eu entendo quando um paciente diz que não dormiu porque passou a noite inteira com um tiroete na porta, porque eu passei por isso”, diz. “É isso que a gente tem de aprender a fazer como médica: interpretar uma dor.”

Foi também na Uerj (que passa por grave crise financeira atualmente) que Irapuá Santana, 30, ingressou no ensino superior. Ele é da segunda turma de cotas da universidade, em 2004.

Havia estudado também com bolsa em escola particular. A universidade foi, como no caso de Monique, uma novidade na família: o pai, maquinista, fez até o ensino médio. A mãe, do lar, só pôde estudar até a 4ª série.

“O primeiro ano foi bem complicado, reprovei em duas matérias. Mas depois acabei passando e comecei a me destacar”, conta ele, que durante cinco anos acordava às 4h30 para conseguir cumprir a tempo o trajeto de Maricá, município da região metropolitana do Rio, onde morava, até o campus, no Maracanã, na zona norte da capital.

Depois de formado, Santana foi o primeiro advogado negro de um grande escritório no Rio, engatou um mestrado, passou em concurso para procurador, escreveu seu primeiro livro e fez um curso na universidade Yale (EUA). Hoje é professor universitário, está para concluir o doutorado e atua como assessor do ministro Luiz Fux, no STF (Supremo Tribunal Federal), em Brasília.

As condições de vida melhoraram, e Santana sabe o

lado positivo de servir de inspiração. Mas os reflexos do racismo, diz ele, não seguiram a mesma tendência.

“As pessoas acham que sou motorista e segurança, é muito rotineiro. As pessoas acham que o racismo vai diminuindo, mas é o contrário. Ser o único negro é ter que provar todo dia por que estou aqui no supremo”, diz.

O professor Luís Augusto Campos, do Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), explica, comparando pessoas da mesma classe social, os pretos e pardos ainda têm maior dificuldades de ascensão social.

O grupo tem acompanhado o desempenho de cotistas e não cotistas nas notas das disciplinas dos cursos. Em avaliação recente na Uerj, a diferença no desenvolvimento acadêmico dos dois grupos não chega a 0,5 ponto.

“Os dados têm mostrado uma condição ótima entre mérito e inclusão. Nos cursos mais concorridos, inclui os cotistas com melhor desempenho”, diz Campos, que ainda sente falta de uma avaliação institucional da política.

## ENADE

Os dados do Enade analisados pela **Folha** mostram que, em 37 de 64 cursos, as notas dos cotistas raciais tem uma média inferior a 5% do que a dos não cotistas. Nos outros 27, as médias dos cotistas raciais são similares (até 5% menor) ou superior.

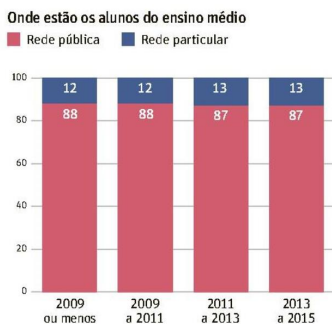
O Enade permite identificar uma realidade ampla, mas tem limitações. Não há garantia de empenho dos estudantes na prova, uma vez que a nota não conta para o estudante — a reportagem excluiu dados de quem deixou a prova em branco.

Outra questão é de amostra. Estudantes que fizeram a avaliação entre 2014 a 2016 ingressaram quando não havia lei de cotas nas federais ou os percentuais de inclusão eram ainda tímidos. Sobre tudo com relação a cotistas raciais, uma baixa quantidade de beneficiados fragiliza uma análise mais conclusiva sobre esse grupo.

Em 2003, as federais tinham 34,2% de alunos pretos e pardos. Em 2014, esse índice subiu para 47,6% (em uma população de 53%). Os dados são da Andifes (associação dos reitores das instituições federais). Os dados escondem a baixa inclusão em cursos concorridos. (FÁBIO TAKAHASHI E PAULO SALDANA)

## O IMPACTO DAS COTAS

Aumentou a proporção de alunos vindos da rede pública e que ingressam em instituições federais



Fonte: Andifes



Ricardo Borges/Folhapress



## Branco que se diz negro é capítulo novo de polêmica

DE SÃO PAULO

Após a discussão sobre a pertinência de cotas nas universidades (que teve a adesão neste ano de USP e Unicamp, as duas últimas grandes do país que resistiam ao sistema), denúncias de fraudes na ocupação de vagas destinadas a negros e indígenas têm representado um novo capítulo de polêmicas.

Como o critério geral é o de autodeclaração, estudantes brancos têm ocupado as vagas ao se inscreverem pelos critérios raciais. Dados do sistema de seleção das federais mostram que as notas de corte nas vagas destinadas a esse grupo são menores.

Em setembro, a **Folha** revelou fraudes na Universidade Federal de Minas Gerais. A instituição prometeu refinar o sistema de comprovação, e o Ministério Público Federal abriu investigação.

Após denúncia de fraudes, a Unesp (Universidade Estadual Paulista) criou uma comissão de verificação no meio deste ano. "A ideia é assegurar a efetividade da política. Há preocupação para não constrirem ninguém, abrindo a possibilidade de o aluno nos apresentar o que o levou a se declarar", afirma Juarez Xavier, da pró-reitoria de extensão universitária.

O professor Xavier, que é do movimento negro, diz que a discussão se refere a um momento específico do Brasil. "Temos tido a primeira experiência no mundo em cotas para a maioria da população, é um desafio lidar com isso."

Pelo censo populacional, 53% da população é negra. Nos Estados Unidos, por exemplo, são 12%.

O diretor da ONG Educafro, frei David Santos, afirma que as denúncias estão se avolumando. Ele defende estratégias de verificação dos aprovados — um entendimento que, segundo ele, amadureceu no movimento negro. "Queremos que as universidades façam editais específicos para negros ocuparem as vagas ociosas por causa de fraudes."

Para Gustavo Balduino, da Andifes (que reúne dirigentes das federais), as denúncias não podem colocar os projetos em xeque. "Esses casos são residuais e não comprometem a política." (FT e PS)

### O DESEMPENHO DOS COTISTAS EM RELAÇÃO AOS NÃO COTISTAS

